

1 **ATA DA CENTÉSIMA SEXAGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE**  
2 **ORÇAMENTO E PATRIMÔNIO DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO.** Aos trinta e um  
3 dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas e trinta minutos, reuniu-  
4 se de forma híbrida a Comissão de Orçamento e Patrimônio sob a presidência do Professor  
5 Doutor FERNANDO SARTI, com a presença do senhor Thiago Baldini da Silva, Diretor de  
6 Planejamento Econômico da Assessoria de Economia e Planejamento, e dos seguintes  
7 membros: César José Bonjuani Pagan, Claudio Francisco Tormena, Claudio Saddy Rodrigues  
8 Coy, Marisa Masumi Beppu, Matheus da Silva Marcheti Martins e Petrilson Alan Pinheiro da  
9 Silva. Havendo quórum, o SENHOR PRESIDENTE dá início à Centésima Sexagésima Sessão  
10 Ordinária da Comissão de Orçamento e Patrimônio, realizada de forma híbrida. Submete à  
11 apreciação a Ata da 159ª Sessão Ordinária, consultando se há observações. Não havendo,  
12 submete à votação a referida Ata, que é aprovada com 01 abstenção. Passa à Ordem do Dia,  
13 iniciando pelo item 01 – 01-D-50813/2023 –, que trata da segunda revisão do Orçamento 2023  
14 – Informação Aeplan nº 1589/2023. Esse é um instrumento que permite fazer um ajuste mais  
15 fino sobre o comportamento e a evolução das receitas orçamentárias, a partir da arrecadação do  
16 Estado. Em particular em períodos como esse, em que há muitos fatores externos influenciando  
17 na arrecadação, esta revisão é sempre fundamental porque lhes permite muitas vezes nortear as  
18 orientações iniciais feitas a partir da PDO, que é realizada em cima de números que a própria  
19 Secretaria da Fazenda lhes passa, em um processo que se inicia em setembro do ano anterior,  
20 portanto já está completando quase um ano. Já fizeram uma primeira revisão orçamentária, em  
21 que, com base também na sinalização da própria Secretaria, houve uma previsão de redução de  
22 arrecadação, ajustaram isso dentro do orçamento da Universidade e hoje estão realizando a  
23 segunda revisão. O senhor Thiago vai detalhar os números de receitas e despesas, mas vai  
24 primeiramente passar alguns grandes números para que possam já se aproximar da evolução  
25 desse quadro. Como podem observar na documentação, estão hoje com uma previsão de déficit  
26 de R\$270 milhões para 2023, o que se deve a uma revisão da receita em relação à PDO da  
27 ordem de R\$100 milhões. Isso em função da própria Secretaria, que iniciou o ano com uma  
28 previsão de arrecadação da ordem de R\$150 bilhões e já a reduziu para R\$144 bilhões. Estão  
29 mantendo essa previsão de arrecadação de R\$144 bilhões, até porque têm sistematicamente  
30 entrado em contato com a Secretaria e ela não manifestou por enquanto nenhuma mudança  
31 nessa previsão. Além disso, houve um crescimento significativo das despesas, que em parte se  
32 deve à questão do reajuste salarial e a alguns outros itens que o senhor Thiago vai detalhar,  
33 como o aporte de recursos aprovado para o HC. Como a Unicamp recebe 2,1956% do  
34 orçamento, cada R\$1 bilhão que se muda na arrecadação, para cima ou para baixo, representa  
35 aproximadamente R\$22 milhões. Se a arrecadação ficar menos próxima de R\$144 bilhões e  
36 mais em direção a R\$140 bilhões, será uma redução adicional de R\$4 bilhões, o que  
37 multiplicado pelos R\$20 milhões, representaria ainda uma queda de R\$80 milhões a mais na  
38 arrecadação. Se viesse de volta para o patamar inicialmente previsto pela Secretaria, de R\$150  
39 bilhões, seriam R\$6 bilhões a mais, portanto seis vezes R\$20 bilhões, R\$120 bilhões.  
40 Continuam trabalhando com R\$144 bilhões e farão a última revisão lá na frente em torno desse

1 patamar. Tudo indica que o segundo semestre deve melhorar, até por conta das mudanças na  
2 tributação do combustível, que deve voltar, mas se rigorosamente tomassem o primeiro  
3 semestre como referência em relação ao comportamento do segundo, que não é o mais correto,  
4 dada a sazonalidade, estariam muito mais próximos dos R\$140 bilhões do que dos R\$144  
5 bilhões. Mas, assim como a USP, também estão trabalhando com os R\$144 bilhões ainda, já  
6 que não houve por parte da Secretaria nenhuma sinalização diferente. Também destaca que o  
7 saldo financeiro hoje é da ordem de R\$1,8 bilhão, lembrando que possuem aquele recurso de  
8 segurança que corresponde a três folhas de pagamento. A folha hoje está em torno de R\$240  
9 milhões, então são R\$720 milhões que estão reservados para situações de calamidade, para  
10 quando houver alguma contração importante de receita, eventualmente se houver algum  
11 processo de ajuste durante a reforma tributária e mesmo uma frustração, como vem ocorrendo  
12 agora, entre uma previsão inicial de R\$150 bilhões, que pode ficar muito abaixo disso, R\$144  
13 bilhões ou mesmo R\$140 bilhões. Há também os recursos reservados para moradia, em torno  
14 de R\$50 milhões, e o item composto pelo Grupo X, que está hoje inclusive revisto na pauta,  
15 que são aqueles recursos já compromissados, embora ainda não empenhados, e portanto não  
16 executados, que hoje estão na ordem de R\$280 milhões. Subtraídos esses recursos, teriam  
17 dentro do PPI algo em torno de R\$750 milhões, lembrando que hoje serão analisados os  
18 detalhamentos para criação de duas diretorias, já foram aprovados investimentos da ordem de  
19 R\$90 milhões, há investimentos também dentro do PPI para as obras da Universidade, algo que  
20 já está girando em torno de R\$350 milhões, portanto sobraria ainda dentro do PPI um saldo de  
21 R\$400 milhões. Em relação a esse saldo, reuniram-se recentemente com a diretoria do Banco  
22 do Brasil, responsável pela gestão do fundo da Universidade, denominado Fundo Tulipa, e  
23 tomaram uma decisão, que vai compartilhar com a COP. Como todos têm acompanhado pela  
24 imprensa, há uma tendência natural hoje de redução da taxa de juros, e com isso, em tese, a  
25 estratégia inicialmente mais adequada seria migrar para títulos pré-fixados, todos de renda fixa,  
26 evidentemente, pois a Universidade não pode trabalhar com outro instrumento que não seja de  
27 renda fixa, por uma questão de responsabilidade em não correr riscos. Dentro da renda fixa, há  
28 o pós-fixado e o pré-fixado, e quando existe uma tendência de redução de taxas, o pré-fixado  
29 passa a ser a opção natural. Esse recurso de R\$1,8 bilhão que a Universidade possui aplicado  
30 no fundo está basicamente em cima de LFTs, que são pós-fixadas mas com período  
31 estabelecido, a ideia de pensar na curva de juros lá pra frente, então são várias datas, e uma  
32 parte dessa aplicação em operações compromissadas, que são de um prazo de pelo menos 30  
33 dias, o que dá uma maior liquidez para a gestão do próprio fundo. O Banco do Brasil  
34 demonstrou isso na reunião e foi uma decisão conjunta de seguir a proposta do banco de não  
35 alterar, porque os títulos pré-fixados já estão hoje sendo precificados em torno de 9,5% a 10%,  
36 ao passo que a composição da carteira da Universidade até final de 2024 estará acima desses  
37 valores. A expectativa da área econômica do banco, e também é o que verificam no relatório  
38 Focus, é que até o final deste ano ocorram mais três reduções de 0,5% cada na taxa de juros,  
39 portanto reduziria mais 1,5% em relação aos 13,25% de hoje, o que continua mantendo a taxa  
40 muito acima do que está hoje precificada nos títulos de renda fixa. Portanto, a decisão foi

1 manter, mas nada impede que mudem essa decisão mais à frente, mas no momento, orientados  
2 pela área financeira do Banco do Brasil, mantiveram as reservas na forma como está, com um  
3 ganho ainda de 1% acima dos títulos pré-fixados. Estão o tempo inteiro olhando as aplicações  
4 do fundo e tentando, dentro das regras que são permitidas ao setor público, trabalhar sem correr  
5 risco mas tentando otimizar o máximo possível esses recursos. Para dar uma ideia, diz que nesse  
6 período mais recente, de dois anos para cá, estiveram muito próximos de 100% do CDI. É isso  
7 o que desejam, garantir, sem correr riscos, esse ganho para a Universidade, que em termos  
8 nominais ficou em 13,5% sobre as reservas, para uma inflação que está em torno de 5%,  
9 portanto 8,5% de ganho real, o que é inimaginável em qualquer outro país civilizado do mundo.  
10 Sobre a questão da arrecadação, quando comparam a evolução do primeiro semestre de 2022  
11 com o primeiro semestre de 2023, a variação real, utilizando o IPC-Fipe como referência, é de  
12 uma queda de 11,23%, e a estimativa para o semestre é que essa queda seja da ordem de 5,8%.  
13 Então seria uma redução significativa, o que faria com que para o ano como um todo essa  
14 redução em termos reais, usando o IPC-FIPE como deflator, fosse de 8,5%. Isso mostra como  
15 realmente causa um impacto importante a queda da arrecadação. Comparando com o que foi  
16 previsto na proposta orçamentária, que se baseou em R\$150 bilhões, sendo previstos R\$71  
17 bilhões para o primeiro semestre, em relação ao que foi arrecadado, R\$68 bilhões, houve uma  
18 redução nominal, sem contar a inflação, de 4,5%. Então entre a previsão de R\$150 bilhões,  
19 depois revista para R\$144 bilhões, é essa a queda. Passa a palavra ao senhor Thiago, para  
20 detalhar um pouco mais, e depois abre para discussão. O senhor THIAGO BALDINI DA  
21 SILVA diz que nesta segunda revisão orçamentária estão se referindo a valores executados no  
22 primeiro semestre e às projeções de despesas e receitas para o segundo semestre de 2023. Como  
23 o professor Fernando já mencionou, realizando-se todas as despesas em 2023, terão um déficit  
24 de R\$270 milhões. Isso significa que estão gastando 16,27% a mais que os recursos do tesouro  
25 do Estado, desconsiderando aqueles R\$279 milhões que compõem o Grupo X, onde ficam os  
26 valores reservados das aprovações dos anos anteriores. As receitas apresentam uma redução de  
27 quase R\$102 milhões em relação à proposta orçamentária, e o número está um pouco melhor  
28 do que o da primeira revisão, mas de fato estão com uma queda de 2,87%, chegando a uma  
29 receita total para o exercício de R\$3,442 bilhões. Em relação à grande fonte de receitas da  
30 Universidade, o ICMS do Tesouro do Estado, iniciaram o ano com uma arrecadação prevista  
31 de R\$150,5 bilhões, que foi reduzida para R\$144,1 na primeira revisão orçamentária e está  
32 sendo mantido agora na segunda revisão orçamentária. Já fizeram conversas com a Secretaria  
33 da Fazenda, tinham uma previsão de receber uma nova previsão da Secretaria da Fazenda ainda  
34 esta semana, mas percebem que eles ainda estão com bastante dúvida de lhes informar, porque  
35 teoricamente neste momento eles informam qual a previsão final para o exercício e já efetuam  
36 o contingenciamento das dotações da Universidade. Os números mostram mais claramente que  
37 ainda há uma instabilidade nessa arrecadação, provavelmente em setembro deva chegar uma  
38 nova previsão, mas pelo que foi ventilado, a ideia é que não mude muito em relação aos R\$144,1  
39 bilhões. Isso significa que em relação à PDO estão com uma queda de arrecadação de R\$140  
40 milhões, que é compensada por R\$19 milhões de excesso de arrecadação do ano anterior,

1 chegando a uma queda de R\$121 milhões nesse exercício, em termos de ICMS. Pelo gráfico  
2 que apresenta, é possível ver que a própria Secretaria da Fazenda está com dificuldade em  
3 acertar esses números. Os números estão um pouco abaixo de R\$144 bilhões, mas pela  
4 experiência dos últimos anos sabem que esse número tende a subir no segundo semestre, por  
5 isso mantêm os R\$144 bilhões, até porque em junho ocorreu a recomposição da alíquota dos  
6 combustíveis. Olhando a arrecadação, não veem um grande impacto, mas ao perceber que a  
7 Secretaria da Fazenda projeta para agosto uma arrecadação R\$1 bilhão acima do que ela  
8 arrecadou no mês anterior, imaginam que talvez comecem a ter algum reflexo esses aumentos  
9 da alíquota de ICMS agora em agosto. Acha que por isso a Secretaria da Fazenda está segurando  
10 um pouco essa informação, para saber de fato qual vai ser esse reflexo, e se a arrecadação sobe  
11 em agosto. Em números reais, fica claro no gráfico que 2023 tem uma arrecadação no primeiro  
12 semestre e projetada para o ano pior do que em 2021 e 2022. Do que foi executado até junho  
13 em comparação a 2022, há uma queda de quase 8% em valores nominais. Isso também é um  
14 pouco refletido porque quando olham o gráfico da arrecadação, verificam que o segundo  
15 semestre de 2022 teve uma arrecadação muito pior. A partir de outubro, entraram em um novo  
16 patamar de ICMS, mais estável, então provavelmente os números do semestre serão piores que  
17 os do segundo semestre, não somente por melhora em 2023 mas pela excepcionalidade ocorrida  
18 em 2022, quando houve a redução das alíquotas de ICMS, que causou grande impacto no último  
19 trimestre. De fato, o ICMS pode melhorar, pode segurar, não possuem uma visão muito clara  
20 de como vai ser exatamente isso nos próximos meses, mas não deve sair muito dessa linha de  
21 R\$144 bilhões, talvez, como o professor Fernando já disse, R\$1 bilhão para cima, R\$1 bilhão  
22 para baixo. Já as receitas próprias estão apresentando um crescimento de praticamente R\$12  
23 milhões de receita própria, basicamente por conta das aplicações financeiras. O professor  
24 Fernando já falou bastante dos juros das aplicações financeiras, e mesmo com a queda de 0,5%  
25 na taxa de juros essas aplicações tendem a manter esse patamar que está previsto. Caso ocorra  
26 uma queda mais lenta, provavelmente esse recurso da receita própria na terceira revisão estará  
27 até maior. Entrando nas despesas, informa que elas apresentam uma grande diferença frente a  
28 primeira revisão orçamentária, principalmente por dois itens, reajuste salarial e algumas  
29 suplementações extras. Devem alcançar uma despesa de R\$3,992 bilhões, situando-se 4,06%  
30 acima da previsão inicial. Entrando no Grupo I - Pessoal, informa que o texto não está citando  
31 o reajuste salarial, mas solicita que a aprovação da segunda revisão considere o valor com  
32 reajuste de 10,51% e a ampliação dos programas de desenvolvimento das carreiras de  
33 contratação e progressão. Já havia passado na primeira revisão a diminuição da alíquota de  
34 contribuição dos servidores no vale-refeição e a mudança no critério de recebimento, que  
35 inicialmente tinha sido orçado com servidores a partir de 30 horas semanais, depois houve a  
36 redução para 24, o que aumenta o número de beneficiários e ajuda a causar impacto. Foi feita  
37 também uma atualização de dados sobre a cobertura do déficit no pagamento de horas extras  
38 dos hospitais. O HC já fez no primeiro semestre horas extras por volta de R\$9,4 milhões, e no  
39 Caism R\$850 mil. Essa é uma despesa que não é orçada normalmente dentro do cômputo de  
40 horas extras e sobreaviso da Universidade; antigamente isso era pago pelos hospitais com

1 recursos próprios do seu custeio, mas no momento atual, com o déficit dos orçamentos de  
2 custeio dos hospitais, essa devolução de recursos à Universidade não vem acontecendo, e talvez  
3 seja um assunto que tenham de tratar na próxima proposta orçamentária. Em relação ao Grupo  
4 II - Sentenças Judiciais, como o grande pagamento acontece em final de outubro, esses valores  
5 são mantidos. O Grupo III - Despesas de Utilidade Pública, que contém a água e energia elétrica  
6 da Universidade, teve na primeira revisão um aumento graças aos reajustes de inflação,  
7 reajustes contratuais, mas nesta segunda revisão verificam que houve um consumo menor  
8 nesses itens no primeiro semestre, então acertam as expectativas para o segundo semestre,  
9 pensando em uma redução de gastos da Universidade. O mesmo acontece no Grupo IV -  
10 Restaurantes e Transportes: nos restaurantes, devido à implementação do VR, muitos servidores  
11 que almoçavam no RU e no RA deixaram de fazer esse consumo dentro da Universidade, então  
12 isso acaba diminuindo a quantidade de refeições servidas, reduzindo assim o custo. Executaram  
13 um pouco menos de refeições no primeiro semestre do que imaginado e esses impactos,  
14 principalmente oriundos dos servidores, vão se verificar também no segundo semestre. Em  
15 transportes, previam um crescimento; ano passado sofreram bastante com os aumentos, com as  
16 cláusulas contratuais por causa do aumento de combustíveis. Neste momento, os reajustes estão  
17 vindo praticamente zero e alguns até negativos, e como não é aplicado negativo os contratos  
18 são mantidos para o ano seguinte, o que também está gerando uma redução de despesa nos  
19 transportes por volta de R\$1 milhão. No Grupo V - Despesas Contratuais e no Grupo VI -  
20 Programas de Apoio não houve nenhuma alteração significativa, somente aquelas mudanças de  
21 recursos entre os diferentes grupos de despesas. No Grupo VIII - Manutenção das Atividades  
22 Existentes, em termos gerais, em volume de recursos aplicados continua o mesmo. O grande  
23 salto que praticamente dobra o valor inicialmente orçamentado é principalmente por causa do  
24 Hospital de Clínicas. Ele recebeu R\$10 milhões de recursos de 2022 e este ano recebeu mais  
25 R\$8 milhões extra quota-parte, então são R\$18 milhões que entraram como projetos especiais  
26 em algum momento e eles vêm para ser executados dentro do custeio da unidade. Então a  
27 aplicação aparece como aumento, mas esse aumento é compensado por recursos extras que  
28 entraram. A COP já tratou no final de junho da suplementação para o Hospital pensando nos  
29 meses de junho, julho e agosto. Foram apresentadas na ocasião as despesas, foi colocado que  
30 acabaram os recursos do Hospital e que o HC precisa em média de R\$7,5 milhões por mês para  
31 o seu custeio, para a manutenção de suas atividades. Na COP foram tratados R\$19 milhões  
32 como uma antecipação de uma possível chegada de recursos da Secretaria da Saúde, mas até a  
33 data de hoje esse recurso não foi formalizado. Então, da mesma forma que trataram na segunda  
34 revisão do ano passado, trazem nesta revisão os R\$19 milhões aprovados e já está incluindo  
35 mais R\$15 milhões de previsão para os meses de setembro e outubro. Da mesma forma que  
36 fizeram em 2022, se o Hospital receber os recursos e fizer a devolução desses valores, e também  
37 tiver recurso para fechar o exercício, tratam isso na COP de outubro. Lembra que em outubro  
38 precisam fechar mais ou menos todas as dotações para execução até novembro e fazer o  
39 fechamento do orçamento. Então está incluindo uma estimativa de liberação de R\$15 milhões  
40 para o HC, que é um dos itens que está sendo votado e que é uma novidade, enquanto os R\$19

1 milhões já foram aprovados. Esses R\$15 milhões entram em Projetos Especiais, mas são  
2 transferidos. As mudanças em Projetos Especiais ocorrem porque iniciaram o ano com uma  
3 reserva de contingência por volta de R\$100 milhões pensando na queda de ICMS e aplicação  
4 de reajuste salarial. Como a queda do ICMS já foi computada e a aplicação de reajuste salarial  
5 foi feita, zeram essa alínea nesta revisão, então já tinham tirado R\$70 milhões na primeira  
6 revisão, e acaba com essa reserva de fato, uma vez que esses recursos todos vão ser executados  
7 dentro do Grupo Pessoal. Também já havia sido aprovado o Programa de Pesquisador de Pós-  
8 Doutorado, para o qual faz uma estimativa de gasto de R\$3,4 milhões em 2023, mas não sabem  
9 se as unidades vão conseguir fazer esses editais. Há interesse de que essa bolsa já comece a ser  
10 paga este ano, mas trazem uma previsão aqui e aqui uma diferença um pouco do que foi passado  
11 na COP, por isso cita: imaginavam o pagamento da bolsa no valor total de R\$9,047 mil mensais,  
12 só que após orientação da PG, viram que para obter esse valor líquido, precisa haver pagamento  
13 de imposto de renda, então fez os cálculos e considerando a Resolução GR-033/2023, o valor  
14 bruto será de R\$11,258 mil. Além disso, como o Programa de Incentivo a Novos Docentes -  
15 Pind já foi executado, e o próximo edital prevê pagamentos somente para 2024, fizeram a  
16 redução de R\$6,3 milhões, que são valores que não vão ser executados este ano, e o restante já  
17 foi repassado ao programa. Apresentam de novidade uma suplementação de R\$250 mil para a  
18 UPA, que nos últimos anos veio gastando saldo de anos anteriores, mas esse saldo acabou este  
19 ano, portanto foi necessária uma suplementação desses valores. Além disso, cita a  
20 suplementação do HC, os R\$19 milhões já aprovados e mais os R\$15 milhões que estão sendo  
21 incluídos nesta revisão e foram transferidos para o custeio dos hospitais, assim como os R\$8  
22 milhões para ampliação da UTI pediátrica do HC, que veio extra quota-parte. Além disso,  
23 apresenta aqui um aporte de R\$12,8 milhões, lembrando que, apesar de na proposta incluírem  
24 o Grupo X em suas expectativas, a realização do Grupo X acontece dentro do orçamento, dentro  
25 do Grupo VIII, o que traz esse aumento de valores. No Grupo IX - Receitas Próprias, fizeram  
26 acerto apenas nas previsões com base na arrecadação menor do primeiro semestre. O Grupo X  
27 - Créditos a Conceder/Não Empenhados, que contém o saldo de anos anteriores, apresenta  
28 aqueles mesmos R\$12 milhões informados que saem do Grupo X para se realizar dentro do  
29 grupo VIII. Isso acaba gerando um pouco da mudança, pois quando olham a planilha veem que  
30 a diferença não é de R\$270 milhões, mas de R\$257 milhões, a diferença são esses R\$12 milhões  
31 que saem do Grupo X e são executados. Caso o exercício termine em equilíbrio de despesas,  
32 mas consigam executar todo o Grupo X, empenhar de fato, esse Grupo X vai aparecer como  
33 um déficit na execução de fato do exercício, apesar de constituir despesas de anos anteriores.  
34 Termina a apresentação reiterando a importância de manterem a otimização de recursos, em  
35 razão de uma importante redução no patamar de arrecadação que vem acontecendo desde 2022.  
36 Em seguida, apresenta o gráfico de como estava o saldo financeiro em 31.07.2023, com valor  
37 de R\$1,819 bilhão. Como é possível verificar no gráfico, o crescimento das receitas ocorreu até  
38 meados de 2022, depois esses valores ficaram praticamente estáveis. Isso ficará claro no final  
39 do mês de setembro, quando, após o pagamento da primeira parcela do décimo terceiro,  
40 provavelmente o saldo financeiro voltará ao mesmo patamar que estava em janeiro de 2023.

1 Isso mostra que o que estão aumentando de saldos financeiros em 2023 é apenas provisão de  
2 pagamento de folha de pessoal. Coloca-se à disposição para qualquer questionamento. O  
3 Professor PETRILSON ALAN PINHEIRO DA SILVA diz que a apresentação do senhor  
4 Thiago foi muito esclarecedora, mas tem ainda algumas dúvidas. O professor Fernando  
5 mencionou que cada bilhão arrecadado de ICMS representa um repasse de R\$22 milhões, então  
6 para zerar o déficit em que estão precisariam ter R\$10 bilhões a mais. Às folhas 05 do  
7 documento da pauta está citada uma reversão da tendência de queda da arrecadação que poderá  
8 acontecer por causa da recomposição da alíquota sobre os combustíveis, mas que até o momento  
9 não gera impacto significativo. Pergunta se possuem ideia do que seria esse impacto  
10 significativo e se há uma previsão de que com a arrecadação de ICMS dos combustíveis isso  
11 melhoraria o cenário um pouco. A outra dúvida é em relação à área da Saúde; há um déficit, e  
12 o senhor Thiago informou que vai haver repasse da Secretaria de Saúde, mas gostaria de saber  
13 se há alguma previsão de repasse do SUS mesmo, de alguma revisão, porque sabem que o  
14 repasse do SUS não é justo em função do que o HC representa e atende. Outra questão é que,  
15 por desconhecimento seu, imaginava que a Unicamp não pagasse hora extra, porque inclusive  
16 há toda a questão de banco de horas, que entra na discussão do ponto eletrônico. Mas pelo que  
17 viu a área da Saúde paga hora extra, e sua pergunta é se, havendo pagamento de hora extra em  
18 um setor, isso poderia ser expandido para toda a Universidade, se então a Universidade poderia  
19 pagar em todos os setores hora extra com base no banco de horas. O senhor MATHEUS DA  
20 SILVA MARCHETTI MARTINS diz que vai complementar uma dúvida do professor Petrilson  
21 em relação ao repasse do SUS. Saiu uma reportagem esses dias informando que o Governo do  
22 Estado está revisando o repasse do SUS para os hospitais paulistas, o que daria uma diferença  
23 significativa de quase quatro vezes o valor que é repassado. Não olhou a fundo para saber o que  
24 está na proposta da Alesp, mas pergunta se a Universidade já tem notícias disso. E se o Hospital  
25 já fez alguma projeção de quando isso viria e se seria suficiente para cobrir o valor que possui  
26 de déficit. O Professor CESAR JOSÉ BONJUANI PAGAN diz que considera adequada a  
27 manutenção da previsão de arrecadação no valor de R\$144 bilhões. Em seguida, observa que  
28 rendimento de bolsa de estudos é não tributável em imposto de renda, então pergunta por que a  
29 bolsa do programa de pós-doutoramento deve pagar imposto de renda. O SENHOR  
30 PRESIDENTE, respondendo ao professor Pagan, informa que essa foi uma orientação da  
31 Procuradoria Geral. Como geralmente a Universidade tem como referência as agências de  
32 fomento, como a Fapesp e Capes, o critério do Tribunal de Contas, que a PG vem seguindo, é  
33 se quem concede a bolsa é beneficiado diretamente ou não pelo serviço que essa bolsa traz.  
34 Então, quando a Fapesp concede bolsa para qualquer dos níveis, mestrado, doutorado, pós-  
35 doutorado para a Universidade, a Fapesp não é a beneficiada. Então realmente a bolsa é líquida.  
36 Isso se aplica também para a Capes, para a bolsa Pq, o CNPq etc. No caso específico, lembra  
37 que no pós-doutorado esse recurso está saindo do orçamento da Universidade, aprovaram  
38 dentro do Consu para permitir isso a partir daquele programa de pós-doutorado que a  
39 Universidade possui. Com isso, a interpretação é que quem está concedendo é a Unicamp, e  
40 quem é a beneficiada é a Unicamp, e nesse caso incide o imposto. É esse o entendimento do

1 Tribunal de Contas e foi nesse sentido que a PG os orientou. Inicialmente, para a PRDU e  
2 Aeplan isso foi uma surpresa, mas o que fizeram foi, em vez de trabalhar com os R\$9,040 como  
3 valor bruto, e com isso o líquido cairia para cerca de R\$7,5 mil, aumentar o valor bruto para  
4 manter os R\$9,040 como valor líquido. Então seguiram rigorosamente o entendimento da  
5 Procuradoria Geral de que incide imposto quando a bolsa sai dos recursos orçamentários da  
6 Universidade. Respondendo ao senhor Matheus, diz que todos estão acompanhando isso, mas  
7 acha que é um movimento um pouco maior. No orçamento do Estado, 30% são destinados à  
8 educação e 12% à saúde, em um total de 42%, lembrando que pela Constituição Federal  
9 poderiam ser 25% na educação. O que o Governo do Estado está propondo é reduzir o patamar  
10 de 30% na educação para 25%, e trazer esses 5 pontos percentuais para a saúde. Os números,  
11 dependendo de como imaginam a arrecadação, é algo em torno de R\$15 bilhões. Então é uma  
12 boa e uma má notícia, porque estão tirando recursos da educação, não está devidamente ainda  
13 esclarecido de onde vai sair, se é do ensino básico, se é do ensino médio, esperam que não seja  
14 do ensino superior, e também gostariam que não fosse em nenhum dos outros. Então, não é que  
15 está se criando um aporte de 5 pontos percentuais do orçamento; está se tirando de uma área da  
16 educação para colocar na saúde, e a partir daí vão acompanhar qual é realmente essa distribuição  
17 de recursos, porque não é apenas estadual, também tem a questão federal. Respondendo ao  
18 professor Petrilson, a questão dos combustíveis tem dois fatores, a alíquota, sobre a qual nem a  
19 Secretaria tem ainda exatamente o impacto, porque há a alíquota mas tem também o preço, e o  
20 preço vem oscilando, houve queda, depois alta, então não há exatamente como ter uma previsão  
21 exata de qual seria esse impacto. O anterior foi muito mais fácil, porque os preços administrados  
22 como um todo, que eram combustível, energia elétrica e serviços de telecomunicações,  
23 representavam aproximadamente do total 25% da quota-parte do Estado. Como as alíquotas  
24 passaram de 25% para 18%, ou seja, reduziram 7 pontos percentuais, foi fácil calcular qual era  
25 o impacto naquela redução se a quisessem analisar. Como na verdade a alíquota que voltou, por  
26 enquanto, foi só a de combustível, não voltaram as demais, e é um período menor, tem também  
27 essa dança dos preços, mas estão atentos. Algum impacto positivo terá, mas quanto exatamente  
28 não sabem dizer, e acha que a aposta maior não é aí, mas na retomada das atividades do segundo  
29 semestre, que é o que estava previsto; o relatório Focus havia apontado 0,8% de crescimento e  
30 já está trabalhando com 2,5% para o Brasil. A Fundação Seade, que estava trabalhando com um  
31 percentual inferior a 1% para São Paulo, já está trabalhando colado ao percentual do Brasil.  
32 Então há vários desses fatores. Certamente um outro fator que em termos de arrecadação  
33 ajudava, embora também fosse uma ajuda complicada, era a inflação. A inflação realmente  
34 reduziu, está rodando em um patamar abaixo de 5%, e do ponto de vista de arrecadação, quanto  
35 maior a inflação, maior a arrecadação, embora isso vá ser cobrado lá na frente quando tiverem  
36 as despesas, renovarem os contratos. Então há fatores favoráveis e outros não. A reforma é algo  
37 ainda mais de longo prazo, a questão do IBS e CBS; para a Unicamp interessa o que for relativo  
38 ao estado, e não começará imediatamente a substituição do ICMS pelo IBS, é um pouco mais  
39 adiante. Vai ser feito um teste de começar a cobrar o CBS, que é da União, e o IBS, que é do  
40 estado, alíquotas ainda marginais em um primeiro momento e depois calibrando com a



1 arrecadação, mas o processo mesmo começa a partir de 2026 e se extingue em 2029. Estão  
2 olhando, estão preocupados para saber o que isso vai representar em termos de impacto, naquela  
3 linha que inclusive o Reitor da USP expôs no “Roda Viva” de segunda-feira, e que o professor  
4 Antonio José vem repetindo na CAD, na Cepe, no Consu, que o interesse das universidades  
5 seria, até para ficarem mais tranquilos com a segurança jurídica e financeira, é de que primeiro  
6 houvesse uma mudança sobre a base onde se dá a arrecadação, que não fosse apenas o ICMS  
7 ou o que venha a substituir o ICMS, no caso o IBS, mas que fosse dar toda a carga tributária e  
8 lógico que calibrariam na alíquota, não seria mais os 9,57% para as três, poderia ser uma  
9 alíquota menor. Já fizeram um estudo desses, mandaram para o governo anterior, mostrando  
10 que para se manter a mesma arrecadação, se em vez de ser apenas o ICMS, fosse toda a base  
11 de arrecadação, isso representaria algo em torno de 8,5% e não mais 9,57%. O segundo ponto  
12 era que o financiamento deixasse de ser uma lei orçamentária e passasse a ser realmente  
13 internalizado na constituição de São Paulo. Essas são as duas seguranças que as três  
14 universidades vêm pleiteando junto ao governo anterior e ao atual governo. Só isso lhes traria  
15 realmente uma tranquilidade de não ter de pensar tanto nos impactos da reforma tributária. Com  
16 relação a horas extras, elas são cobertas não só na área da Saúde, paga-se hora extra em outras  
17 atividades na Universidade, não só hora extra como sobreaviso. O sobreaviso é alguma coisa  
18 em torno de R\$1,5 milhão/ano e hora extra alguma coisa um pouco menor do que isso, uns  
19 R\$800 mil na Universidade. Essa hora extra que está aqui colocada é a da área da Saúde, e o  
20 senhor Thiago explicou que anteriormente a distribuição de recursos dada para a área da Saúde  
21 cobria a hora extra, como eles não estão conseguindo mais com os seus próprios recursos, tem  
22 suplementado também essas horas extras e sobreaviso na área da Saúde. O senhor THIAGO  
23 BALDINI DA SILVA diz que entendem que banco de horas em muitas funções pode ser feito,  
24 mas, por exemplo, um funcionário da Prefeitura que faz parte hidráulica, se houver um  
25 vazamento durante o fim de semana, ele precisa vir. Então ele trabalha durante toda a semana  
26 e no fim de semana vem, como pode ocorrer também na área de TI, caso precise fazer alguma  
27 manutenção, e nesses casos específicos é paga hora extra na Universidade. Já foram destinados  
28 recursos de hora extra tanto para o pessoal do Cecom, na época da Covid, também para a Depi  
29 e DGA, quando fizeram mutirão para conseguir empenhar os recursos do PPI aprovados em  
30 2022. O Professor CLAUDIO SADDY RODRIGUES COY diz que, com relação à questão do  
31 repasse dos valores da tabela SUS aqui de São Paulo, haverá um aumento de quatro vezes a  
32 tabela SUS, mas inicialmente dedicado às Santas Casas, para os hospitais de maior  
33 complexidade ainda não está definido esse aumento. Não havendo mais observações, o  
34 SENHOR PRESIDENTE submete à votação a segunda revisão orçamentária de 2023, que é  
35 aprovada por unanimidade. Passa ao item 02 – 01-P-22982/2023 –, que diz respeito ao contrato  
36 de cessão de uso entre a Unicamp e a Embrapa, por intermédio de sua Unidade descentralizada  
37 denominada Embrapa Agricultura Digital, do imóvel localizado à Av. Dr. André Tosello, 209,  
38 Cidade Universitária, Campinas/SP, CEP 13.083-886, no *campus* Zeferino Vaz, de área de total  
39 de 10.159,48 m<sup>2</sup>, contendo 6.705,20 m<sup>2</sup> de área construída, a título gratuito e precário, pelo  
40 prazo de 20 anos, com possibilidade de prorrogação. O senhor THIAGO BALDINI DA SILVA

1 esclarece que esse espaço já estava cedido à Embrapa por 30 anos, período em que eles fizeram  
2 a construção e a melhoria dos prédios existentes, e esses prédios no final dessa cessão ficam  
3 para a Universidade. Esse contrato de cessão acabou no início do ano, ele foi prorrogado por  
4 mais seis meses e agora volta o novo contrato de mais 20 anos de cessão de uso do espaço onde  
5 eles já estão abrigados. Na parte orçamentária, o novo contrato só mantém a situação atual. O  
6 SENHOR PRESIDENTE observa que então não há nenhum impacto financeiro, que é o  
7 importante para a COP, lembrando que obviamente a cessão de espaços passou pela Copei, que  
8 trata dessa questão. O senhor MATHEUS DA SILVA MARCHETI MARTINS pergunta se as  
9 despesas de energia elétrica e água são pagas separadamente pela Embrapa. O senhor THIAGO  
10 BALDINI DA SILVA responde que é tudo separado, e se utilizarem alguma coisa da  
11 Universidade é feito o repasse. Não havendo mais observações, o SENHOR PRESIDENTE  
12 submete à votação a matéria, que é aprovada por unanimidade. Passa ao item 03 – 01-D-  
13 36231/2023 –, que trata da criação da Diretoria Executiva de Apoio e Permanência Estudantil  
14 – Deape. Agradece aos professores Ivan e Mariana pela presença, e passa a palavra ao professor  
15 Ivan. O Professor IVAN FELIZARDO CONTRERA TORO diz que quando assumiu a Pró-  
16 Reitoria de Graduação, uma das coisas que percebeu inicialmente foi que a Pró-Reitoria de  
17 Graduação é uma estrutura muito grande. Durante toda a formação da Universidade, vem sendo  
18 colocada na PRG uma série de estruturas que não lidam só com a graduação, lidam também  
19 com a pós-graduação e algumas vezes até com extensão. Fazendo esse diagnóstico e com muita  
20 dificuldade de gestão dentro da PRG, pois não conseguem se dedicar à atividade-fim, que é a  
21 melhoria dos cursos, criação de novas vagas, acompanhamento de alunos com algum tipo de  
22 dificuldade, solicitou ao senhor Reitor um estudo sobre a composição da PRG. Ele criou um  
23 GT, que fez um trabalho durante pelo menos três meses de entender a PRG e propor algumas  
24 soluções, e uma das soluções propostas foi a criação da Diretoria Executiva de Apoio e  
25 Permanência Estudantil. A permanência estudantil atende não só alunos da graduação como  
26 alunos também da pós-graduação. Ela tem uma atividade extremamente intensa, um número de  
27 funcionários bastante grande, um orçamento que é muito maior do que o da PRG. Então ficou  
28 aquela situação estranha em que há um órgão que é maior que a estrutura como um todo, além  
29 disso uma grande parte das decisões e do tempo ocupado na PRG se relaciona à permanência.  
30 Então a ideia é criar uma diretoria executiva de permanência estudantil, acrescentar nas funções  
31 dessa diretoria algumas novas atividades como a permanência dos alunos dos colégios técnicos,  
32 o acompanhamento de egressos da Universidade, que sempre acaba sendo o calcanhar de  
33 Aquiles da Unicamp nos *rankings* e avaliações, e dá uma agilidade maior e possibilidade de  
34 aperfeiçoamento da política de permanência, que vem crescendo muito, juntamente com os  
35 programas de inclusão. A Professora MARIANA FREITAS NERY diz que antes de falar  
36 especificamente sobre o que seria a Deape, fará um breve histórico do SAE: foi criado em 1976  
37 para desenvolver esses programas de apoio à assistência estudantil da Unicamp, em 1987 cria-  
38 se o Sappe, que não estava dentro do SAE, estava conectado diretamente à PRG; e em 1989,  
39 ocorre a inauguração do programa de moradia estudantil. Quando o SAE foi criado, ele foi  
40 colocado dentro do organograma da PRG, um organograma bem extenso. Mas o próprio SAE

1 já tem uma estrutura bem complexa. Desde 2020, o Sappe e a moradia, que antes estavam  
2 ligados à PRG, ficaram ligados ao SAE, o que faz bastante sentido. E hoje a estrutura atual é o  
3 Sappe, que fornece apoio psicológico e psiquiátrico, a moradia estudantil, a coordenadoria  
4 administrativa e financeira, o serviço social, a área acadêmica, que inclui a orientação  
5 educacional e os estágios, e o posto SAE de Limeira e Piracicaba. O perfil dos estudantes mudou  
6 bastante nos últimos tempos, principalmente nos últimos 10 anos, especialmente com a adoção  
7 de uma política quase agressiva de inclusão e diversidade que a Unicamp vem adotando, na  
8 vanguarda das outras universidades. Em 2005 foi o Paais, que já aumentou para 30% os  
9 ingressantes de escolas públicas, em 2010 o ProFIS, que é um programa de sucesso até hoje,  
10 em 2019 as cotas, o vestibular indígena, o Enem, e tudo isso faz com que hoje tenham quase  
11 50% dos ingressantes de escola pública. E é claro que com essa democratização do acesso à  
12 Universidade, o SAE foi se adaptando a essas ampliações, incorporando novas ideias, novos  
13 programas, porém a estrutura física e o quadro funcional não acompanharam essas  
14 transformações que foram acontecendo nos últimos 10 anos. Mudou também o perfil dos  
15 estudantes que vêm de outros estados: hoje quase 20% são estudantes de outros estados, mas  
16 quase 50% são de estudantes com uma renda *per capita* de até 1,5 salário mínimo; portanto,  
17 50% dos ingressantes se enquadram na categoria de poder pedir diversos auxílios do SAE.  
18 Houve, do lado da Unicamp, claro, um investimento muito grande quanto ao orçamento; não  
19 houve na estrutura do SAE, mas houve sim no orçamento. Hoje o SAE é responsável por R\$64  
20 milhões de orçamento, sendo quase R\$53 milhões só para bolsas e auxílios, além de R\$5  
21 milhões para o programa de permanência e R\$5 milhões para manutenção e estrutura funcional  
22 do SAE. A demanda cresceu demais nos últimos tempos, um crescimento de 86% nas inscrições  
23 para o processo seletivo. Mostra um *slide* com o panorama das bolsas, não vai detalhar cada  
24 uma que existe, mas é possível ver a complexidade e a diversidade de bolsas que oferecem,  
25 porém o SAE vai muito além da bolsa. O serviço social faz acompanhamento social dos  
26 discentes de graduação e pós-graduação, e além da avaliação socioeconômica eles têm uma  
27 atuação que vai além dos muros da universidade. Muito mais agora inclusive com as famílias  
28 de alguns estudantes, especialmente as famílias dos estudantes indígenas, que têm um perfil  
29 diferente dos estudantes não indígenas, porque eles trazem a família também. Uma atuação  
30 muito importante com os refugiados, o SAE tem uma bolsa exclusiva para refugiados. A  
31 orientação educacional faz oficinas, palestras, disciplinas de autorregulação de aprendizagem,  
32 o programa de mentoria, o atendimento educacional especializado, acompanhamento de  
33 estudantes deficientes que vai aumentar a partir de 2025, porque fazem parte de um GT que  
34 está estudando a adoção de cotas para PCDs a partir de 2025, em resposta a uma demanda do  
35 Ministério. Faz assessoramento acadêmico à DAC, coordenadores de graduação e além disso,  
36 faz pesquisa também na área educacional. O setor de estágio faz a gestão de convênios com  
37 empresas, gestão de contratos com os estágios de graduação e agora pós-graduação, e o  
38 gerenciamento dos contratos do Programa Bolsa Pesquisa Empresa, em números que crescem  
39 assustadoramente. A moradia estudantil faz atendimento aos moradores e agora faz parte do  
40 planejamento da expansão com a compra do novo terreno. Também possuem uma assessoria

1 cultural responsável pelo Programa Aluno Artista. Como já comentou, a coordenadoria  
2 administrativa gerencia R\$63 milhões, elabora orçamento, controle e o registro das operações  
3 financeiras, faz gestão de bolsas fora do SAE e também a criação de novas bolsas, Bolsa  
4 Qualcomm para meninas, Bolsas Santander, bolsas que vêm de um orçamento de fora da  
5 Universidade. E o Sappe faz o atendimento psicológico e psiquiátrico para graduação e pós-  
6 graduação, mas além disso faz um assessoramento a professores e coordenadores sobre saúde  
7 mental. Então a demanda também vem crescendo muito de coordenadores e professores que  
8 precisam ser orientados sobre como lidar com algumas situações relacionadas à saúde mental  
9 dos estudantes. Também faz assessoria, planejamento e implementação dos espaços de  
10 acolhimento, pois a ideia é que cada unidade tenha o seu espaço de acolhimento. Também ações  
11 de pós-venção, quando acontece alguma coisa, e ações várias vinculadas à Cader, à Caiapi, ao  
12 SAVS, e mostra um gráfico mostrando, só nos últimos três anos, desde a pandemia, como tem  
13 crescido a demanda por esse serviço do Sappe. Os números são muito altos e a demanda só  
14 cresce, de fato. Como o professor Ivan comentou, houve o GT pensando na reestruturação da  
15 PRG e a indicação foi a desvinculação do SAE da PRG e a criação de uma estrutura de diretoria  
16 executiva que concentre os serviços de apoio de estudante, não só da graduação mas de pós-  
17 graduação, que ele já atende, pois perto de 30% dos estudantes atendidos no SAE são da pós-  
18 graduação, e que incorporasse também os colégios técnicos. O SAE hoje tem diálogo com todas  
19 as instâncias da Universidade, com a PRG principalmente, claro, mas também com a PRPG, a  
20 PRP, o Gabinete, a DAC, a ProEC, DeDH, unidades de ensino, pesquisa e extensão, com todos  
21 basicamente. Apresenta um organograma do que seria a Deape ideal, o que não necessariamente  
22 iria acontecer de imediato, mesmo porque não possuem ainda alguns funcionários para, por  
23 exemplo, contemplar algumas divisões. Mas basicamente seria uma estrutura de uma diretoria  
24 executiva com seis divisões, a divisão da moradia, da gestão financeira, acadêmica, a assistência  
25 psicológica e psiquiátrica, do serviço social e a divisão de empregos e carreiras. Mostra um  
26 esquema onde os quadros cinza representam o que já fazem e os quadros laranja claro são áreas  
27 que incorporariam e que hoje ainda não possuem. Algumas já existem, como a Central TILS e  
28 o Alumni, e outras que são muito necessárias, por exemplo uma área que cuide de núcleo de  
29 dados, projetos e pesquisa porque precisam fazer uma avaliação longitudinal de curto, médio e  
30 longo prazo das políticas para ver se está dando certo e hoje a Universidade não tem esse  
31 acompanhamento, ele é super necessário para dirigir, para orientar as ações. A Central TILS  
32 que já existe mas que seria incorporada dentro do SAE. O núcleo de acessibilidade e inclusão,  
33 que é extremamente necessário para os PCDs; o SAE já atende mais de 60 alunos com algum  
34 tipo de deficiência, mas muito provavelmente eles vão aumentar em número a partir de 2025.  
35 Há também o acolhimento e a orientação dentro do Sappe voltada para a orientação dos  
36 professores e coordenadores sobre algumas situações-problema. A divisão de serviço social  
37 criaria um braço para cuidar somente das políticas afirmativas, que hoje atendem a todos, mas  
38 existe uma demanda muito grande de alunos que entram através dessas políticas e não pelo  
39 vestibular comum da Unicamp, da Comvest, e a grande novidade, que é extremamente  
40 necessária, como o professor falou, que é a divisão de carreiras e empregabilidade, para gerar

1 um escritório de carreiras que hoje a Unicamp não tem e que faça essa interface com as  
2 empresas de fora e com os egressos no Alumni. Realmente acreditam que essa estrutura fora da  
3 PRG vai viabilizar, vai facilitar diversas ações que hoje já realizam, dando uma celeridade  
4 muito maior para essas ações que o SAE realiza. Tanto investimento foi feito nas políticas de  
5 inclusão, só que não acompanhou ao longo desses 10 anos essa política de permanência.  
6 Colocam os alunos dentro da Universidade, mas é o SAE quem faz essa permanência e essa  
7 saída, pois o que desejam é que os alunos saiam da Universidade formados, e não houve um  
8 acompanhamento nessa estrutura mostrando essa relevância que a política de permanência tem  
9 dado, toda essa política de inclusão que a Unicamp vem adotando. O SENHOR PRESIDENTE  
10 elogia todo o trabalho da PRG, em particular da professora Mariana dentro do SAE; parece-lhe  
11 que realmente essa diretoria traz muito mais eficiência, organiza muito mais o trabalho, fica  
12 claro que as atividades vão muito além das atividades da graduação, inclusive porque cerca de  
13 30% do atendimento é direcionado a alunos de pós-graduação. É muito positivo, obviamente,  
14 atender a essa estratégia de inclusão da Universidade, e portanto toda a discussão da  
15 permanência e dos instrumentos para isso, mas também é muito necessário olhar para os  
16 egressos, algo que a Unicamp não monitora bem. Todas as grandes universidades fazem esse  
17 serviço, que é fundamental para entender onde eles estão, o que fazem, inclusive para capturar  
18 informações importantes que os ajudariam muito no próprio planejamento. Deixa claro que não  
19 estão ainda aprovando uma estrutura definitiva da Deape, a intenção é mostrar que grande parte  
20 dessa nova estrutura que está sendo montada sai de dentro da PRG e evidentemente terá  
21 necessidade de novas áreas que estão sendo aqui propostas. A Aeplan fez um esforço de colocar  
22 valores nocionais de quanto essa estrutura, uma vez de totalmente implementada, adicionaria  
23 de recursos ao orçamento atual da PRG, especificamente sobre o SAE. Ainda terão de trazer  
24 isso para dentro de um processo de certificação, puderam verificar pela apresentação da  
25 professora Mariana que estão falando de áreas importantes, moradia, gestão financeira,  
26 acadêmica, de carreira e emprego, serviço social e sobretudo o SAE e o Sappe, que estão aqui  
27 dentro também. Então isso vai ainda passar por um processo de certificação e terão uma noção  
28 mais precisa dos recursos que serão necessários para essa estrutura, que quanto mais rápido  
29 estiver estabelecida melhor para a Universidade, melhor para a gestão dessas políticas que são  
30 absolutamente estratégicas. A Professora MARISA MASUMI BEPPU agradece à professora  
31 Mariana pela excelente apresentação, é importante e cara para todos a questão da permanência,  
32 que apoia iniciativas mais arrojadas, ambiciosas da Universidade em termos de inclusão, e sem  
33 haver um desenvolvimento para essa área não conseguem atingir as metas importantes para essa  
34 parte da promoção de inclusão e diversidade. Vai colocar aqui uma questão talvez de ordem em  
35 relação à sua expectativa do que deveria ser pautado aqui na COP. Sem qualquer tipo de  
36 intenção de cercear a COP, mas acha que estão repetidamente tendo de analisar o mérito de  
37 várias situações aqui, sendo que há órgãos e processos destinados para fazer esse tipo de análise  
38 de mérito. Vai explicitar aqui o que seria a sua expectativa em relação a um processo de criação  
39 de diretoria executiva, e isso se aplica já ao próximo item de pauta também. Imaginava que o  
40 andamento fosse o seguinte: seria acolhido pela PRDU, depois de alguma maneira apreciado

1 pelos comitês *ad hoc* de certificação, que têm a especialidade de verificar se os níveis propostos  
2 de GR, se todas as supervisões, se a estrutura colocada é condizente, se é equiparada  
3 comparativamente aos demais órgãos existentes na Universidade, e sabem que isso é um  
4 trabalho muito bem feito por essa comissão especializada para olhar esse todo. Só a partir disso  
5 é que vai então normalmente para as outras instâncias, que usualmente na sequência é a CAD,  
6 e é claro que há uma retroalimentação, existe um vai e volta que todos os diretores de unidades  
7 conhecem muito bem, uma negociação exatamente porque é preciso afinar muito bem como é  
8 essa estrutura, e só então que vai para a CAD. E se são já GRs existentes no quadro de GRs,  
9 pleiteia-se um aditivo, uma alteração, e isso é o que normalmente vem para a COP apreciar  
10 antes de seguir para o Consu, para uma deliberação final de criação do órgão. Tem um pouco  
11 de dificuldade de fazer uma análise de quantitativo aqui, e o quantitativo não favorece a  
12 proposta. Na sua opinião, ela tenta passar por isso colocando a importância do órgão, que é  
13 clara, mas não consegue olhar nas minúcias se realmente R\$570 mil a mais de estruturas de GR  
14 nesse órgão são de fato necessárias ou se são de fato comparativas e justas em relação a toda a  
15 estrutura existente na Universidade. Analisou o material e viu que o trabalho do GT replica  
16 muito do que a professora Mariana colocou sobre a importância do crescimento, das intenções  
17 de visão do futuro desse órgão. Mas teve dificuldade, pensando no seu papel como membro da  
18 COP, de fazer uma análise crítica, uma análise esperada pela COP em relação a essa estrutura  
19 aí colocada. Muito possivelmente esse assunto vai entrar para o Consu de 26 de setembro, antes  
20 disso haverá a reunião da CAD, e também uma COP marcada para 21 de setembro. Sua  
21 expectativa era que houvesse uma apreciação prévia dessas instâncias, porque o próprio  
22 professor Fernando Sarti disse que a estrutura ainda não está clara, mas que a COP iria olhar.  
23 Acha que a COP tem de olhar com uma precisão esse tipo de pleito; pode ser que venha  
24 exatamente essa estrutura que está aí proposta, sem tirar nem pôr, e a COP vai simplesmente  
25 analisar se cabe no quadro de GRs em relação ao que já existe. Se não couber, talvez propor até  
26 um aumento paulatino. Sugeriria que em um primeiro momento aquilo que não está ainda criado  
27 seja trazido no momento da criação daquelas caixinhas e não anteriormente. Realmente teve  
28 dificuldade de fazer análise do que está colocado, porque o que está colocado é o informe da  
29 Aeplan que cita o trabalho do GT e a proposição de aumento dessa estrutura de GRs. O aumento  
30 no caso do item 03 é de R\$570 mil e no caso do item 04 é R\$270 mil ao ano em termos de GR.  
31 Alguém pode olhar em termos do déficit, se cabe ou se não cabe, mas precisam olhar o quadro  
32 para verificar a equiparação da Universidade como um todo. Parabeniza o trabalho do SAE,  
33 que tem sido excepcional, entende a preocupação clara da PRG em relação a trazer uma eficácia  
34 a esse processo, mas declara aqui sua total incompetência de analisar esse incremento  
35 simplesmente da forma como está colocado aqui. O Professor CLAUDIO SADDY  
36 RODRIGUES COY concorda com os comentários da professora Marisa nesses aspectos, mas  
37 também salienta um aspecto que a professora Eliana Amaral, pró-reitora de graduação anterior,  
38 colocava em relação às dificuldades do pró-reitor em fazer as atividades primárias da pró-  
39 reitoria e que sobrecarregava muito toda a PRG com as atividades relacionadas ao SAE. Então,  
40 salienta que é uma dificuldade já colocada pela pró-reitora anterior, e concorda com a criação

1 dessa diretoria, que obviamente vai melhorar as habilidades, as condições de trabalho e as  
2 atividades fim da Pró-Reitoria de Graduação. O Professor CESAR JOSÉ BONJUANI PAGAN  
3 diz que foi muito boa a apresentação, e observa que o objetivo estratégico número 1 do  
4 Planejamento Estratégico da Unicamp, o Planes, se refere exatamente à permanência. Então  
5 talvez na apresentação a ser feita na CAD possam acrescentar a menção de que isso faz parte  
6 do Planes reiteradamente, não só no do último. Seria interessante mencionar até para valorizar  
7 o próprio planejamento estratégico, que são ações que pensam a Universidade em longo prazo.  
8 O Professor PETRILSON ALAN PINHEIRO DA SILVA agradece à professora Mariana pela  
9 apresentação e diz que é uma iniciativa interessante da pró-reitoria, porque do ponto de vista  
10 operacional veem um problema claro, que há todo um órgão que está subordinado à Pró-  
11 Reitoria de Graduação que atende a alunos de pós-graduação. Isso por si só acha que já seria  
12 um motivo para o SAE não fazer mais parte da PRG, já que sairia do próprio escopo de  
13 atendimento daquele órgão. Mas acha que o motivo principal é inclusive o que ele pode  
14 proporcionar em termos de melhoria do próprio sistema, e entende que é importante fazerem a  
15 diferenciação entre o que seria gasto e investimento. Entende como investimento, e não lhe  
16 parece pelos números apresentados que seria um investimento alto em termos da sua estrutura.  
17 É favorável à proposta, mas possui duas dúvidas: o que a professora Marisa levanta é pertinente,  
18 e entendeu pela fala do professor Fernando Sarti isso inclusive voltaria à COP quando houver  
19 uma maior clareza em relação inclusive ao próprio orçamento, quando essa estrutura estiver  
20 fechada, e assim poderão deliberar sobre uma eventual criação de novos cargos para essa  
21 diretoria executiva. A outra dúvida é operacional: hoje estando subordinado à PRG, os assuntos  
22 relacionados ao SAE são discutidos na CCG; pergunta se haveria uma outra comissão para isso  
23 com a desvinculação. O Professor IVAN FELIZARDO CONTRERA TORO responde que a  
24 diretoria do SAE é convidada da CCG e ela pode levar assuntos, mas não necessariamente são  
25 aprovados na CCG, são mais como informação etc. O SENHOR PRESIDENTE diz que a  
26 questão que a professora Marisa levantou é bastante relevante, inclusive porque aqui também  
27 tratou da PRDU. Estão com um processo em andamento de certificação na Universidade, que  
28 será levado para apreciação da CAD. Houve uma questão de prioridade no caso da DGA diante  
29 da situação da mudança da lei de licitações. Obviamente tinham um cronograma e esse  
30 cronograma às vezes necessita de alguma alteração, como foi o caso em dois momentos da  
31 Deas, que assumiu algumas novas responsabilidades na gestão da área da Saúde, quando houve  
32 o entendimento do próprio comitê de certificação de que a Deas fosse tratada como prioridade  
33 e a partir dali a certificaram antes dos demais órgãos centrais. A mesma coisa vai acontecer  
34 agora na CAD em relação à DGA, diante do que todos estão acompanhando sobre as novas  
35 funções e da importância do que significa a mudança da lei 8.666 para a 14.133. A senhora Lina  
36 Nakata tem informado bastante a Universidade e tem cumprido um papel decisivo nisso. Então  
37 também houve essa compreensão. O comitê de certificação está avaliando isso, levou à PRDU  
38 uma proposta, que a analisou de forma bastante detalhada, conversaram novamente com a  
39 DGA, respeitando todas as posições DGA, do comitê e da própria PRDU. Poderiam ter feito o  
40 mesmo processo em relação especificamente à criação das duas diretorias, mas estão realmente

1 com o cronograma bastante apertado do ponto de vista da certificação. O próximo passo agora  
2 são as pró-reitorias e as diretorias executivas, e lembra que no caso específico da diretoria  
3 executiva de TIC, aprovaram um pacote significativo de investimento, há toda uma proposta  
4 também de mudança em termos de governança, e fica muito claro na apresentação do professor  
5 Ivan e da professora Mariana a crescente demanda que vem dentro do SAE e da necessidade de  
6 dar uma estrutura maior para isso. O assunto foi trazido para a COP porque quando levarem  
7 isso para a CAD, uma questão que seria inevitável é se esse desmembramento vai implicar  
8 novos recursos. Nesse sentido, solicitou ao professor Ivan e à professora Mariana que  
9 trouxessem a estrutura que seria a ideal dentro dessa nova proposta para que pudessem ter uma  
10 noção de qual seria o valor máximo que esse desmembramento implicaria. São esses valores  
11 que estão aqui no relatório, ninguém tentou esconder, não possui nenhum constrangimento,  
12 pelo contrário, foi uma solicitação da PRDU que essas informações fossem colocadas. A  
13 senhora Veridiana, da PRDU, está conduzindo todo o processo de certificação, auxiliou o SAE,  
14 a professora Mariana a montar já alguma proposta de estrutura, pensando em valores de  
15 gratificações que seriam necessárias. Se farão toda essa estrutura rapidamente ou em um  
16 período mais lento, isso vai ser tratado normalmente. Vai voltar para a COP se quiserem reduzir  
17 esse valor em relação ao que está proposto como ideal para a Deape, com gratificações da ordem  
18 de R\$500 mil, inclusive trouxe propostas de contratações. As duas coisas estão aqui no  
19 relatório, que daria alguma coisa em torno de R\$2,4 milhões anuais a partir do momento em  
20 que toda a estrutura ideal estivesse montada. É isso que estão aprovando, a montagem de uma  
21 estrutura que vai ter de ser certificada, e eventualmente nessa certificação podem chegar à  
22 conclusão de que não é tudo isso, é metade disso, é três quartos disso, e então os valores serão  
23 revistos. Mas não há como levar isso para câmaras superiores sem ter pelo menos um valor que  
24 fosse uma referência para a tomada de decisão, e é isso o que estão fazendo aqui hoje. Acha  
25 que a COP não está analisando só o mérito, ela está analisando recurso financeiro necessário  
26 para esse desmembramento em uma condição ideal, lembrando que há um processo de  
27 certificação importante que vai ser respeitado. No devido momento vai ser certificada a PRG já  
28 sem essa estrutura, se for o caso, já certificando também a nova diretoria, como vão ser feitas  
29 as demais diretorias executivas. Então todo o trâmite está sendo respeitado, o que estão  
30 aprovando aqui é o que representaria financeiramente um desmembramento e a criação da nova  
31 estrutura. O senhor MATHEUS DA SILVA MARCHETI MARTINS solicita confirmação para  
32 seu entendimento: não estão aprovando aqui a criação dos novos cargos de diretoria na tabela  
33 de gratificação, mas uma possibilidade de gastos que, sendo aprovada em todas as instâncias a  
34 criação das diretorias, poderá haver, mas a criação das GRs terá de ser aprovada aqui, como  
35 fizeram recentemente. O SENHOR PRESIDENTE diz que essas GRs custariam esse valor.  
36 Lembra que o processo de criação de GRs é o seguinte: se apenas estiverem aumentando o  
37 quantitativo, que é o que está proposto aqui, isso pararia na CAD, que pode definir, por  
38 exemplo, que de 10 gratificações sugeridas para a Deape, vão ser concedidas sete. A COP está  
39 dizendo quanto vai custar se forem aprovadas as 10 e ela autoriza essas 10. O senhor  
40 MATHEUS DA SILVA MARCHETI MARTINS pergunta se a criação dessa GR de diretor



1 tem de ser aprovada aqui. O SENHOR PRESIDENTE responde que os valores sim; se  
2 estiverem criando dentro dessa estrutura qualquer nova denominação, que não exista no quadro  
3 hoje, isso passa pelo Consu. Mudanças no quantitativo do que já foi criado é dentro da CAD,  
4 mas se houver alguma criação de nova denominação dentro das funções isso tem de ser  
5 aprovado no Consu. A COP não pode certificar, ela não tem o papel de certificadora, quem faz  
6 isso é a CAD. A Professora MARISA MASUMI BEPPU diz que considera que está muito  
7 confuso para todos, porque o que estão aprovando aqui é o parecer da Aeplan que subsidia as  
8 decisões da COP. Ali está explicitada já uma estrutura, e sente falta, tendo já transitado em  
9 outras câmaras, da análise pormenorizada pela qual passam todos os órgãos que vão ser criados  
10 e certificados. Entende a demanda pontual, mas já tiveram experiência também de criação de  
11 órgãos em que sinalizaram que possuem interesse em criar, mas a estrutura ainda vai ser vista,  
12 e quando a estrutura for analisada, vai voltar sim à COP. Um exemplo disso é a Controladoria  
13 da Universidade, que foi criada somente com a GR do controlador e na época até se questionou  
14 no Conselho Universitário sobre a estrutura e foi dito que esse órgão ainda seria devidamente  
15 certificado e a estrutura submetida aos órgãos competentes. Acha que essa sinalização é mais  
16 clara em termos da intenção, até porque a Controladoria era uma necessidade de atendimento a  
17 uma pauta, um requisito externo, e todos entenderam isso. No caso aqui todos sinalizam que é  
18 uma atitude importante a criação dessa diretoria, todos veem o valor nisso, só que o incômodo  
19 é aprovar ou passar por cima de um processo que deveria ser de apreciação sim e até validação,  
20 verificação, como o próprio professor Fernando disse, dessa estrutura. Entende que o informe  
21 da Aeplan coloca explicitamente qual é a estrutura, e é isso que está colocando em termos de  
22 um incômodo em razão de uma inversão. Acha que não haveria a necessidade de a COP apreciar  
23 neste momento esse valor todo ou tudo que está aí colocado, mas no momento em que aprovam,  
24 aprovam sim esse montante. Não podem aprovar mais ou menos e falar que depois refinam,  
25 acha que o papel da COP não é esse. Entende a vontade de todos aprovarem e dizerem ao Consu  
26 que a estrutura é apreciável sim, só que neste momento a necessidade é só da criação da nova  
27 GR de diretor executivo da Deape, por exemplo, ou algumas outras coisas sobre as quais já se  
28 tenha uma clareza muito grande. Só que essa análise de mérito não é a COP que faz, mérito da  
29 estrutura, mas estão aprovando um montante da estrutura, por isso tem dificuldade com essa  
30 forma de encaminhamento. O SENHOR PRESIDENTE esclarece que estão aprovando sim o  
31 valor; estão dizendo que caso essa estrutura proposta seja aprovada na sua integralidade, que é  
32 a estrutura ideal, ela vai custar esse valor de R\$2,4 milhões. Em termos de gratificações, R\$500  
33 mil com as contratações. Estão autorizando esses recursos para a montagem; se uma certificação  
34 realizada dentro da CAD, dentro do comitê de certificação, chegar à conclusão de que não é  
35 toda essa estrutura, é menor, embora a COP tenha autorizado até o uso desses recursos, será um  
36 recurso menor. Não está entendendo porque há uma confusão, talvez pudesse ter sido feito todo  
37 o processo inicial, mas explicou por que invertem, autorizando primeiro os recursos para  
38 depois tratarem de um processo de certificação. O que não vai poder ser, e nesse aspecto teria  
39 que voltar para a COP sim, é se lá dentro da CAD ou dentro do comitê se propusesse uma  
40 estrutura que levasse a um valor superior ao que foi autorizado aqui. Teria que voltar para a

1 COP autorizar uma suplementação de recursos para uma estrutura que é maior do que aquela  
2 analisada anteriormente. Ressalta que não estão aprovando a certificação, estão aprovando um  
3 recurso para o caso de essa certificação vir a ser homologada e criada dentro da CAD e do  
4 comitê. A Professora MARIANA FREITAS NERY diz que entende perfeitamente a professora  
5 Marisa, porque o fluxo ficou confuso para ela também. Quando foram perguntar quais são os  
6 passos, falaram que a COP aprova primeiro, mas ficou na dúvida como a COP vai aprovar algo  
7 sem ter ideia do impacto que isso pode ter financeiramente para a Universidade. Assim, foi  
8 estrategicamente proposta uma estrutura que vai ser concluída em dois ou três anos, não seria  
9 agora, para depois ir para uma certificação. Tem conversado com a PRDU, a senhora Veridiana  
10 tem ajudado muito a pensar como seria essa certificação, que hoje seria muito mais enxuta do  
11 que está ali no documento. Várias divisões e setores que estão ali colocadas só virão no futuro.  
12 A questão do escritório de carreiras é uma necessidade muito grande e que não existe hoje na  
13 Unicamp, e uma universidade desse porte não ter um escritório de carreiras é realmente ruim.  
14 A moradia, por exemplo, também não tem neste momento a capacidade de funcionários para  
15 ser uma divisão, seria uma coordenação. Colocaram isso mais como uma previsão, porque  
16 entenderam que se viessem somente com a proposta de criar uma diretoria, a pergunta seria  
17 como aprovar a criação sem saber o impacto financeiro que isso teria. Fez uma apresentação  
18 sucinta, mas na sua apresentação original tinha colocado a questão do Planes. O Professor  
19 CLAUDIO FRANCISCO TORMENA agradece à professora Mariana pelo trabalho e diz que  
20 é consenso a importância. Entende que o que estão discutindo é se cabe no orçamento a criação  
21 dessa diretoria executiva. Porque se é feita toda uma parte de certificação e depois verificam  
22 que não possuem recurso para implementação e criação, seria algo ruim, então analisam agora  
23 qual o recurso necessário para a criação e aprovam ou não esse montante. Concorda que a  
24 certificação tem que ser feita olhando toda a estrutura da Universidade, então se vão ser criados  
25 todos esses cargos que estão aí ou não, vai depender da certificação que vai ser aprovada no  
26 futuro. Mas não podem certificar uma diretoria executiva e depois ver que não terão recursos  
27 para criação de algo que certificaram; se concordarem que há recursos, o segundo passo é ver  
28 qual será a estrutura. Na sua visão, o andamento é esse. Então aprovariam o teto de gastos para  
29 a criação, e se vai ser todo ele aportado ou não, é um segundo momento. Mas se estipula um  
30 teto e não tem recursos no orçamento para isso, teriam que voltar todo o trabalho de certificação  
31 que foi feito. Entende dessa forma e mais uma vez parabeniza pelo trabalho realizado. O senhor  
32 THIAGO BALDINI DA SILVA diz que precisam criar um órgão, e para fazer estrutura,  
33 certificação, precisam ter o órgão criado. Para criar o órgão, precisam de um parecer COP  
34 analisando recursos para entrar na CAD, portanto, como a professora Marisa falou, fariam um  
35 parecer COP sem saber exatamente o que vai ser criado. Então o que a Aeplan pensou quando  
36 recebeu os assuntos das duas diretorias executivas foi fazer um documento apontando o valor  
37 máximo para a criação, segundo o que está sendo solicitado em termos de estrutura. Não  
38 quiseram mencionar que isso é uma aprovação porque há diversos cargos criados, e usando o  
39 exemplo do diretor de divisão, explica que estão em um processo de recertificação da  
40 Universidade em que ocorrerão várias alterações. Quando for passar a certificação da nova

1 diretoria executiva, talvez já existam cargos livres na tabela de certificação, então o que vai  
2 precisar de aumento na tabela não sejam os oito ou 10, mas apenas dois ou três. Além disso, a  
3 diretoria executiva entende que ela vai precisar de mais espaço, só que ainda não existe nenhum  
4 processo de construção de prédio, por exemplo. Então esse é um dado que só informam para  
5 mostrar para a COP que em algum momento essa despesa vai surgir, ou pelo menos essa  
6 necessidade vai se apresentar, não sabem se agora ou depois. A ideia foi montar um cenário  
7 amplo, mostrando o máximo de recursos que seriam empregados, mas é claro que quando forem  
8 criar o cargo de diretor executivo, isso vai passar tanto na certificação, voltando para a COP,  
9 CAD, Consu todo esse valor. Então aqui é mais a ideia de mostrar um patamar, dizer que o que  
10 estão aprovando é um pouco até diferente do que fizeram poucos meses atrás, quando  
11 aprovaram a criação da Prefeitura de Limeira. Aprovaram a GR da Prefeitura de Limeira sem  
12 nenhuma informação e depois o cargo de prefeito de Limeira passou pela COP e pela CAD.  
13 Conversou com a SG sobre como fariam um parecer de custo se o órgão ainda vai passar pela  
14 certificação, tem todo o trabalho do comitê *ad hoc*, e o comitê talvez não possa trabalhar em  
15 um órgão sem que ele exista. Para criarem o órgão, precisam disso. Então ficam presos nessas  
16 normativas e talvez seja isso um pouco que está dando toda essa confusão. Mas deixa claro que  
17 o informe Aeplan menciona a indicação máxima do que isso vai vir a custar, caso seja aprovado  
18 em sua totalidade dentro das certificações. Apresentam também um grande valor de contratação  
19 de pessoal, que vai passar pela CVND, CAD e provavelmente essas aprovações da CVND serão  
20 de recursos aportados em orçamentos ou que já tenha em 2023 orçamentos futuros. Então o  
21 informe é do que a aprovação pode gerar de custo, independentemente se vai ser o total, um  
22 valor menor ou não. A Professora MARISA MASUMI BEPPU diz que para se trabalhar em  
23 uma estrutura de certificação e propor, o órgão não precisa estar criado já. O ideal seria a  
24 proposta passar por um comitê que vai fazer uma análise da estrutura e isso chegue mais preciso  
25 para uma COP. Entende a vontade de aprovar um órgão desse, mas está falando do que deveria  
26 ser o papel específico da COP neste momento. O SENHOR PRESIDENTE diz que a professora  
27 Marisa pode ficar absolutamente à vontade para sugerir um outro valor; estão aprovando aqui  
28 um valor que entendem como uma noção do que seriam as estruturas ideais a partir das  
29 informações que vieram das áreas que conhecem o que se propõe. Se algum membro da COP  
30 quiser sugerir um valor diferente do que está documentado aqui, pode ficar absolutamente à  
31 vontade. Esse valor, entretanto, vem baseado em uma estrutura proposta onde se identificou  
32 número de gratificações, as funções exercidas para dentro de uma estrutura que seria ideal,  
33 estrutura essa que vai ser avaliada ainda. Estão dizendo quanto custa a estrutura ideal e se a  
34 COP autoriza esse custo. A COP pode decidir, por exemplo, que autoriza 80% disso, ou 50%;  
35 ela está avaliando, como mencionou o professor Tormena, se isso cabe no orçamento. Se ela  
36 achar que não, que é imprudente autorizar esses valores, podem propor outro valor. Mas não vê  
37 porque isso não seja a função da COP. Estão analisando dois órgãos estratégicos do ponto de  
38 vista desta gestão, gostariam que esse processo já pudesse tramitar o mais rápido possível para  
39 que um comitê de certificação *ad hoc*, para que a CAD verifique que o recurso foi autorizado  
40 pela COP. Se querem uma estrutura mais enxuta, a CAD é soberana, e eventualmente se a

1 proposta de um comitê trazer uma certificação que inclua criação de novas denominações,  
2 novas funções, terá inclusive que passar isso pelo Consu. O Professor CESAR JOSÉ  
3 BONJUANI PAGAN diz que entende a preocupação da professora Marisa, mas observa que se  
4 sente à vontade para votar. A razão é que o valor máximo proposto não alteraria o seu voto no  
5 momento posterior. Em engenharia há uma questão de que podem refinar a informação tanto  
6 quanto queiram, mas há um momento em que já são capazes de tomar uma decisão, e acha que  
7 já chegaram nesse momento, porque as falas de todos aqui, inclusive da professora Marisa,  
8 estão convergindo para a importância da aprovação dessa ação proposta pela Pró-Reitoria de  
9 Graduação. A Professora MARIANA FREITAS NERY diz que, a título comparativo, todas as  
10 universidades federais possuem a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, e a USP criou neste ano  
11 a Pró-Reitoria de Pertencimento e Inclusão, que basicamente representaria o que é na Unicamp  
12 o SAE e a Diretoria Executiva de Direitos Humanos. Então, existe uma tendência muito ampla  
13 e de universidades que nem todas as políticas que a Unicamp tem de realmente dar uma  
14 relevância um pouco maior para essas políticas, porque o SAE deixou de ser operacional faz  
15 tempo. O SAE não é um órgão que só operacionaliza, só paga bolsa, ele atua na criação, na  
16 proposta, na deliberação, no desenvolvimento dessas políticas. A Professora MARISA  
17 MASUMI BEPPU diz que não é uma questão de alguém fazer uma propositura de um número  
18 diferente. Ela própria aqui já disse que precisariam ter a estrutura bastante refinada. Acha que  
19 a questão aqui que tem que ficar clara é essa ordem de tramitação; o que está colocado é um  
20 valor, e não veria prejuízo algum de a COP *a posteriori* apreciar isso de uma maneira um pouco  
21 mais precisa. De qualquer forma, tem que ficar claro que não é uma questão de barganha de  
22 valores aqui. Não havendo mais observações, o SENHOR PRESIDENTE submete à votação a  
23 matéria, que é aprovada com 05 votos favoráveis e 01 abstenção. Passa ao item 04 – 01-P-  
24 34699/2023 –, que trata da instituição da Diretoria Executiva de Tecnologia da Informação e  
25 Comunicação - Detic e do Conselho de Governança de Tecnologia da Informação - GovTIC e  
26 da previsão de sua estrutura organizacional. Passa a palavra ao professor Ricardo Dahab para  
27 que faça uma apresentação. O Professor RICARDO DAHAB apresenta a proposta de criação  
28 da Detic, que vai dar maior substância e estatura às ações de TIC na Universidade. Mostra um  
29 quadro com o que os sucessivos Planes desde 2004 a 2023 falam de objetivos da área de TIC.  
30 Foram três Planes consecutivos, a tônica era que a Universidade deveria trabalhar na sua  
31 transformação digital e inclusão digital. Em 2016 o tom disso mudou quando a Universidade  
32 se deu conta de que já havia uma suficiente densidade de inclusão digital e era necessária uma  
33 governança agora. Mas por alguma razão no Planes atual de 2021 a 2025 essa palavra  
34 governança da área de TIC desaparece; a ênfase é em robustez dos sistemas computacionais. É  
35 difícil dizer porque que houve essa omissão exatamente, não participou da elaboração dessa  
36 parte do Planes, mas o que se criou na verdade em 2020 foi um órgão, a Citic, bastante poderoso,  
37 basicamente autoridade máxima de TIC na Unicamp, como é dito na resolução que o criou, e o  
38 Contic, que era o órgão deliberativo, passou a ser um órgão meramente assessor da Citic. O  
39 problema disso é que a governança fica então concentrada no órgão que faz gestão e a  
40 Universidade deixa de ter uma voz pluralista que represente os destinos de TIC na

1 Universidade, que é uma coisa hoje reconhecidamente importantíssima, transversal para todas  
2 as atividades da Universidade. É uma atividade não só meio, como costuma ressaltar, mas  
3 também uma atividade que induz o desenvolvimento das várias áreas, desde a administrativa  
4 até ensino e pesquisa. Ou seja, uma área muito importante que necessita de uma presença mais  
5 estratégica na Universidade. Governança é um assunto de Estado e não de governo, a  
6 Universidade deveria ter um órgão que se preocupa em estipular, em especificar qual é a  
7 governança de TIC, e um órgão que executa essa governança. É um órgão de governo, mas  
8 olhar a governança, monitorar como vai a atividade de gestão de TIC na Universidade é uma  
9 tarefa que deve ser de um órgão que tem um grande grau de independência da gestão atual.  
10 Mostra uma figura tirada de um *site* do Tribunal de Contas da União que especifica alguns  
11 órgãos para a administração pública de como deveria se organizar a atividade em uma certa  
12 área, com órgãos executivos e órgãos superiores que especificam a governança, que monitoram  
13 esses órgãos executivos. Na Unicamp isso não existe hoje; ela possui a Citic, que é um órgão  
14 absolutamente monocrático, com autoridade máxima, e a Contic, que é um órgão meramente  
15 assessor. Essa é a motivação principal, além de uma motivação também de trazer para uma  
16 estatura da Universidade correta a área de TIC. Então esses são os dois grandes motivadores  
17 dessa proposta, trazer a atividade de TIC para um ponto que reflita a sua importância, ou seja,  
18 a criação da diretoria executiva em si e o outro ângulo disso é a criação de um órgão que também  
19 é um órgão de governança, que faça a atividade de monitorar, de propor também e deliberar  
20 sobre a governança de TIC. O que veem como benefícios da criação dessa diretoria executiva  
21 são seis pontos motivadores: a estratégia e alinhamento institucional; a tomada de decisões  
22 ágeis e eficientes; integração dos sistemas e com outros órgãos e a sinergia; a melhoria na  
23 prestação dos serviços; estímulos à inovação e transformação digital; e a governança e  
24 *accountability*, que aí está para exatamente dizer que a Detic é responsável por devolver para a  
25 Universidade a responsabilização, é o órgão que vai ser responsabilizado pela condução da  
26 governança na Universidade. Faz basicamente anos que a Citic vem pensando nesse projeto,  
27 mas o pensar foi também agir. Fizeram várias iniciativas que são consoantes com essa visão da  
28 Detic, na direção da ideia de governança separada de gestão e os objetivos que desejam atingir  
29 desde a posse desta gestão, em final de abril de 2021, com essas iniciativas, ao mesmo tempo  
30 em que amadureciam a ideia da criação da Detic, qual era a melhor forma, o que poderia  
31 contemplar melhor a história, a estrutura atual da área de TIC. Então na infraestrutura  
32 propuseram uma nova nuvem, um novo *backbone*, uma padronização de equipamentos de rede,  
33 estudando a instalação de uma rede privativa de 5G e várias melhorias que esta Comissão já  
34 aprovou na última reunião com recursos do PPI, além de uma submissão e aprovação recente  
35 de um projeto Fapesp para a aquisição de solução de armazenamento. Todas essas iniciativas  
36 são iniciativas no sentido de satisfazer aqueles objetivos do planejamento estratégico que foram  
37 enumerados no primeiro *slide*, mas também que trazem uma filosofia de governança consoante  
38 com essa visão. Lembra que o projeto de *storage* estava especificado como uma despesa de  
39 R\$12 milhões nos recursos aprovados pelo PPI, que vão agora economizar. Nos sistemas  
40 corporativos, também têm agido corporativamente, e nesse sentido há uma solução de *websites*

1 corporativos com 48 órgãos beneficiados até o momento, que já está em produção. A  
2 contratação de plataforma de gestão de APIs, que é um termo técnico mas que vai modernizar  
3 o desenvolvimento de *software*, integração de sistemas, contratação de equipes para suprir uma  
4 demanda reprimida de desenvolvimento. Contratação de plataforma de gestão de demandas  
5 para a Universidade toda. Precisarão ter a capacidade de olhar como andam os projetos, tanto  
6 de *software* como outros, e uma contratação da nova plataforma de controle de acesso, o projeto  
7 do novo *smartcard* que está em elaboração e vai ser encaminhado em breve, cujos recursos  
8 também foram aprovados com o uso do PPI. Têm tido uma atuação decisiva na implantação do  
9 AGHUse na área da Saúde, com uma equipe atuando diretamente na gestão dos contratos e na  
10 gestão da equipe local do HC para que essa implantação ocorra com sucesso. Um alinhamento  
11 e apoio direto na aquisição de novos sistemas para a PRP, para a Extecamp, para a SAE e para  
12 os colégios técnicos. A consolidação das demandas dos órgãos com aquisições centralizadas,  
13 como manda a nova lei, coordenadas por Cemeq e DGA. Implantação da nova rede wi-fi da  
14 moradia, que está sendo feita pelo pessoal do CCUEC. Sua atuação como encarregado de  
15 proteção de dados, que veio junto com o seu cargo, fazendo a elaboração de um guia, a  
16 promoção do fórum recente e a estruturação do novo escritório de proteção de dados em  
17 andamento. Apoio à DGA na área de infraestrutura de TI e os esforços para a aprovação de  
18 recursos do PPI de projetos de amplo impacto, advindos de outros órgãos, o Cepagri, a  
19 Secretaria de Comunicação, e o projeto Smart Campus, com recursos substanciais para isso.  
20 Então isso mostra que têm não só tentado comprar, suprir infraestrutura, mas também agido de  
21 forma a mostrar para a comunidade como é que se faz TIC modernamente. Na governança, têm  
22 buscado o auxílio de consultorias com equipes do Governo Federal, notadamente com a equipe  
23 que implantou o gov.br, que é um sucesso hoje, que coloca o Brasil em segundo país mais  
24 avançado digitalmente no mundo. A estruturação do modelo de governança e o plano de  
25 desenvolvimento de TIC, a proposta de criação da Detic, que está sendo discutida hoje, um  
26 programa de extensa capacitação via Educorp do pessoal de TIC, que está sendo encaminhada,  
27 e finalmente a aprovação recente de recursos para investimento em soluções corporativas e  
28 elaboração de uma nova solicitação que está a caminho a ser submetida em breve à COP, com  
29 equipamentos padronizados, *desktop* e coisas desse tipo. Isso tudo têm tido um custo pessoal  
30 muito grande para a equipe atual da Citic, que é pequena, são três pessoas e mais alguns  
31 voluntários, mas são pessoas que acreditam nesse projeto. Então elas dão o seu tempo à noite,  
32 fim de semana, o que for, para concretização disso, além do pessoal obviamente do CCUEC,  
33 que tem participado de todas essas iniciativas de forma decisiva e de forma muito competente,  
34 para um órgão que estava quase relegado ao esquecimento em muitos assuntos, e que hoje  
35 participa ativamente dessas decisões. Os resultados têm sido bons, mas o prosseguimento  
36 necessita de muito mais estrutura e agilidade, por isso essa proposta da Detic. As aquisições  
37 desses R\$92 milhões que acabou de mencionar tem que ser concretizadas, coordenadas junto  
38 com a DGA. O planejamento e implementação das novas aquisições que acabou de mencionar,  
39 a implantação do conselho de governança de TIC que vai detalhar um pouco mais e a próxima  
40 figura pretende mostrar exatamente o que possuem pela frente. Há um crescimento exponencial

1 da área de TIC, com novas tecnologias, e a figura que mostra, que é de 2021, já está  
2 terrivelmente desatualizada, falta Chat GPT, redes definidas por *softwares*, todas novas  
3 tecnologias que terão que correr atrás e trazer para a Universidade para se manter na vanguarda.  
4 Propõem um órgão, que é a diretoria executiva, cuja atribuição é implantar essa governança e  
5 fazer gestão de TIC na Universidade. O GovTIC é uma reformulação do atual Contic, dedicado  
6 exclusivamente à governança. O comitê LGPD já existe, o comitê de segurança da informação  
7 já existe e estão trabalhando na criação de um comitê de governança de dados. Esses quatro  
8 comitês formam uma espécie de espinha dorsal de toda a área de governança de dados e de  
9 informações da Universidade. O GovTIC é um pouco mais do que simplesmente dados, porque  
10 tem a tecnologia associada à gestão, à implementação desses trabalhos pelos outros comitês.  
11 Há a diretoria executiva então apoiada e cumprindo a governança especificada por esses órgãos.  
12 Em consulta direta com órgãos, com os comitês consultivos que criaram nesta gestão, que têm  
13 um representante de cada um dos 85 núcleos de TIC da Universidade em linha direta com a  
14 Citic hoje, futura Detic, e o que veem embaixo no desenho são esses 85 núcleos de TIC  
15 espalhados pela Unicamp. Então fica muito claro no desenho que é uma adaptação àquele  
16 desenho inicial que viram do Tribunal de Contas para a área de TIC, em particular, para a  
17 realidade da Unicamp. A título de ilustração, mostra o que existe hoje dentro da Citic e o que  
18 existe no CCUEC, propondo a junção desses dois órgãos com um novo nome, Detic. A atual  
19 Citic, como disse no início, mistura gestão com governança; há um órgão como Contic e o  
20 comitê gestor de LGPD dentro do mesmo pacote, o que é um contrassenso do ponto de vista de  
21 gestão e governança. Essas coisas deviam estar separadas, e mostra como será a estrutura da  
22 Detic. Haverá uma secretaria de governança que vai observar e fazer cumprir a governança da  
23 Universidade, que é uma área de gestão de recursos com riscos e *compliance*, gestão de  
24 demandas e uma área voltada para inovação e projetos estratégicos. Mostra a especificação dos  
25 três comitês consultivos, um para a área de Saúde, um para a área da Administração e um para  
26 cuidar com representantes de TIC das unidades de ensino e pesquisa e extensão. No  
27 relacionamento com a alta Administração hoje não existe um grupo, a coisa é feita na medida  
28 do necessário, mas uma coisa que falta terrivelmente na Universidade é ter um órgão que fale  
29 com a alta Administração nas suas necessidades de TIC. Uma coordenação da área de negócios  
30 aqui que basicamente congrega os grandes órgãos da Administração que têm sistemas  
31 corporativos, uma coordenação da área da Saúde e uma coordenação de serviços  
32 compartilhados. São novas funções que desejam oferecer para a Universidade e que hoje não  
33 existem. Em relação a custos, considerando o princípio que vão juntar a Citic com o CCUEC,  
34 os custos expostos são só com gratificações. Podem começar a funcionar imediatamente sem  
35 nenhuma contratação adicional. A Citic hoje tem duas gratificações, a dele e a do assistente  
36 técnico, o CCUEC tem 18 gratificações hoje, e para a Detic estão propondo que tenha 28,  
37 portanto um acréscimo de oito gratificações a um custo mensal de R\$24.765,00 e um custo  
38 anual de R\$297 mil, e com encargos e décimo terceiro salário, ao redor de R\$400 mil. Esses  
39 são gastos qualificados, vão basicamente para novas GRs para cargos de alta confiança que vão  
40 atender às demandas de governança e de gestão estratégica de TIC na Universidade. Julga que

1 o aumento é modesto em face da tarefa de gerir um órgão que agora vai ter uma comunidade  
2 de 580 profissionais distribuídos em 85 núcleos de TIC em uma universidade do porte da  
3 Unicamp. Terão muito trabalho nos próximos dois anos, e precisarão de um órgão como o  
4 GovTIC, que propõem que seja estruturado de uma forma muito parecida como o Consu, para  
5 dar essa consistência na governança, ou seja, é um órgão da Universidade e não um órgão de  
6 uma gestão. É um trabalho que vão precisar fazer nos próximos meses e vai ser um trabalho  
7 feito por esses cargos de alta confiança. Em termos de instalações físicas, vão ocupar o espaço  
8 hoje alocado ao CCUEC, a Citic não tem um espaço hoje, tem uma sala abrigada dentro da  
9 CGU, e as duas outras pessoas da Citic já estão alocadas no CCUEC. Vão ser necessárias  
10 algumas pequenas adequações iniciais, mas pensam em uma grande requalificação tornando o  
11 prédio do CCUEC mais moderno e adequado ao abrigo de futuras equipes de serviços  
12 centralizados que vão propor que sejam feitos para a Universidade como um todo. Não havendo  
13 mais observações, o SENHOR PRESIDENTE submete à votação a autorização de recursos da  
14 ordem de R\$405 mil, que é aprovada com 05 votos favoráveis e 01 abstenção. Nada mais  
15 havendo a tratar na Ordem do Dia, passa ao Expediente. O Professor CESAR JOSÉ  
16 BONJUANI PAGAN diz que hoje no item 02 da pauta aprovaram a renovação da cessão do  
17 espaço da Embrapa, e como trataram da questão do território e isso tem a ver com o patrimônio  
18 da Universidade, coloca uma preocupação que possui e que já vem da época em que trabalhou  
19 com o plano diretor, há seis anos, sobre a previsão de espaço dentro da Universidade para  
20 receber modais de transporte no futuro. Há hoje o transporte coletivo, que é o ônibus, e o carro  
21 individual, mas seguramente no futuro, ainda mais por conta da crise climática, precisarão  
22 pensar em outros modais que virão. É o metrô, metrô de superfície, e outros tipos de modais  
23 que poderão ter. Isso está consignado no atual plano diretor de modo muito tangencial, e seria  
24 uma preocupação muito importante que fosse colocada uma previsão para que daqui a 20 anos,  
25 quando pensarem em um local para receber o transporte coletivo de outros modais,  
26 simplesmente a Universidade não tenha espaço ou tenha espaços inadequados para a recepção  
27 desse tipo de transporte. A Unicamp é o principal destino de pessoas que vêm para Campinas  
28 de outras cidades, e pergunta que tipo de transporte direto terão da rodoviária para cá, por  
29 exemplo, ou se algum dia tiverem um ramal ferroviário aqui por perto. Já estão atrasados nessa  
30 preocupação, antes que tenham todo o espaço ocupado e não tenham como dar resposta para  
31 esse tipo de problema no futuro. Então é uma preocupação com o espaço físico da Universidade,  
32 acha que em algum momento vão ser chamados a pensar sobre isso. O SENHOR PRESIDENTE  
33 diz que é um assunto bastante relevante e sugere que seja encaminhado à Copei, que trata a  
34 questão de espaço, planejamento estratégico. E uma vez vindo algum projeto modal, avaliariam  
35 aqui na COP os recursos necessários. Nada mais havendo a tratar, eu, Aline Marques da Costa,  
36 redigi a presente Ata que será submetida à apreciação dos Senhores Membros da Comissão de  
37 Orçamento e Patrimônio do Conselho Universitário. Campinas, 31 de agosto de 2023.



*NOTA DA SG: A presente Ata foi aprovada na **162ª SESSÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO E PATRIMÔNIO**, realizada em 26 de outubro de 2023, sem alterações.*